



Traços Comportamentais e Predisposição Genética Compatíveis para Prevenção de Transtornos Mentais

Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues

deabreu.fabiano@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5487-5852>

Califórnia University FCE

Aveiro – Portugal

Elodia Avila

elidiaavila@gmail.com

Medicina pela USP – Especialista em Cirurgia Plástica

São Paulo – Brasil

Vanessa Schmitz Bulcão

psicologovanessabulcao@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-0737-8159>

Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde (Portugal)

Porto- Portugal

Gizela Silva

gizelasilva@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-5523-7542>

Universidade do Minho

Maia – Portugal

Velibor Kostić

veliborsrb@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-0196-1288>

Universidade Federal de Belgrado

Santa Catarina – Brasil

Simone Costa Resende da Silva

siresende.resende@gmail.com

Formanda em Ciências Econômicas e Direito pelo UNICEUB em Brasília.

Distrito Federal -Brasil

RESUMO

Todos os indivíduos possuem predisposições para um ou mais transtornos mentais. O desenvolvimento efetivo de um transtorno mental é resultado da manifestação dessas predisposições, influenciado por eventos específicos. O artigo foca na validação de estratégias preventivas para transtornos mentais através de revisão bibliográfica extensiva. Destaca-se que tanto análises genéticas quanto avaliações de traços comportamentais são instrumentos eficazes na prevenção dessas condições. O estudo reforça a importância de identificar precocemente indicadores tanto genéticos quanto comportamentais, como medida proativa na mitigação do desenvolvimento de transtornos mentais.

Palavras-chave: prevenção de transtornos mentais, análise genética, traços comportamentais, revisão bibliográfica

Compatible Behavioral Traits and Genetic Predisposition for the Prevention of Mental Disorders

ABSTRACT

All individuals have predispositions for one or more mental disorders. The actual development of a mental disorder results from the manifestation of these predispositions, influenced by specific events. This article aims to substantiate the concept that both genetic analysis and behavioral trait assessments serve as preventive indicators for mental disorders, through a comprehensive literature review. It emphasizes the utility of these methods in the early detection of risk factors, facilitating the early intervention and potentially reducing the prevalence of mental health issues. The findings advocate for the integration of genetic and behavioral evaluations in preventive health strategies to enhance the efficacy of mental disorder prevention.

Keywords: *mental disorder prevention, genetic analysis, behavioral traits, literature review*

INTRODUÇÃO

Todos os indivíduos apresentam certas predisposições genéticas para um ou mais transtornos mentais. A manifestação efetiva de um transtorno mental resulta da interação dessas predisposições com eventos específicos no ambiente. A análise dos traços comportamentais de um indivíduo pode revelar padrões que se assemelham aos de determinados transtornos, e uma avaliação mais profunda da predisposição genética pode indicar uma suscetibilidade a um ou mais transtornos. Os fatores genéticos e ambientais, tais como eventos traumáticos ou estressantes, são cruciais para o desencadeamento desses transtornos e podem causar prejuízos significativos à saúde mental do indivíduo.

A predisposição genética para transtornos mentais é uma constante entre os indivíduos, sendo que a expressão clínica dessas desordens é resultante de uma interação dinâmica entre fatores genotípicos e influências ambientais específicas. A análise fenotípica comportamental pode identificar padrões que mimetizam aqueles associados a determinados transtornos psiquiátricos, enquanto uma avaliação genética detalhada pode revelar uma susceptibilidade inerente a um ou mais desses transtornos. Estudos epidemiológicos corroboram que a interação entre genótipo e eventos ambientais, particularmente os estressores psicossociais ou traumáticos, desempenha um papel crucial na patogênese dos transtornos mentais, potencialmente precipitando a manifestação sintomática em indivíduos predispostos (Kendler, K., & Eaves, L., 1986; Rutter, M., 2006). Portanto, o entendimento da complexa tessitura entre predisposições genéticas e fatores ambientais é essencial para o prognóstico e manejo das condições psiquiátricas, tendo implicações significativas na prevenção e intervenção terapêutica.

Este trabalho apresenta uma investigação resumida sobre a viabilidade de estratégias preventivas para transtornos mentais, amparado em uma extensa revisão bibliográfica de estudos contemporâneos. A pesquisa enfatiza que tanto a análise genética quanto a avaliação de traços comportamentais constituem métodos proeminentes na prevenção de transtornos psiquiátricos. Esses métodos permitem a detecção precoce de fatores de risco, que são cruciais para a intervenção antecipada e para a prevenção efetiva da manifestação clínica de transtornos mentais.

A predisposição para transtornos mentais, inerente a todos os indivíduos, e a manifestação dessas desordens são influenciadas por interações complexas entre fatores genéticos e eventos ambientais específicos (Kendler et al., 2015). Assim, este artigo argumenta que a identificação de biomarcadores genéticos e padrões comportamentais anormais, através de técnicas avançadas de diagnóstico e monitoramento, pode desempenhar um papel significativo na mitigação do impacto desses transtornos na população.

A revisão literária baseia-se em dados acumulados que demonstram a eficácia de intervenções baseadas em evidências genéticas e comportamentais, apontando para uma abordagem mais personalizada e previsível na saúde mental. Além disso, destaca-se a importância da implementação de políticas de saúde pública que fomentem o desenvolvimento e a aplicação dessas estratégias de prevenção, visando reduzir a prevalência e a severidade dos transtornos mentais em escala global (McGorry et al., 2013).

Caracterização do transtorno mental

A caracterização de um distúrbio mental constitui um processo intrincado que demanda a intervenção de um profissional de saúde mental qualificado, dada a sua complexidade

multifatorial. Um transtorno mental é tipicamente definido através de critérios diagnósticos rigorosos, que incluem a presença de uma perturbação clinicamente significativa, a exclusão de condições médicas alternativas como causas dos sintomas, a diferenciação de respostas normais a estressores e a identificação de padrões anormais de pensamento, emoção ou comportamento.

Para ser diagnosticado como um transtorno mental, o quadro clínico deve provocar um sofrimento significativo ao indivíduo ou prejudicar substancialmente sua funcionalidade em domínios vitais, como ocupação, educação, interações sociais ou autocuidado (American Psychiatric Association, 2013). Importante, condições médicas alternativas e o impacto de substâncias ou medicamentos devem ser cuidadosamente excluídos como causas primárias dos sintomas observados, consolidando assim a especificidade do diagnóstico psiquiátrico.

Ademais, a persistência e a severidade de respostas emocionais como tristeza ou ansiedade, que excedem as reações normativas a estressores, são indicativas de um potencial transtorno mental. Transtornos mentais são igualmente caracterizados por desvios marcantes nos padrões de pensamento, como cognições intrusivas ou distorcidas; desregulações emocionais, que podem manifestar-se como episódios de depressão profunda ou ansiedade aguda; e comportamentos disruptivos ou autolesivos, que podem incluir alterações nos padrões de sono, uso de substâncias, retraimento social ou comportamentos suicidas (Kupfer, Kuhl, & Regier, 2013).

Em todas as populações, a propensão inerente para transtornos psicológicos varia, indicando uma susceptibilidade diferenciada entre indivíduos para o desenvolvimento dessas patologias. A expressão fenotípica de tais transtornos não é apenas um reflexo direto das predisposições genéticas, mas emerge de uma interação complexa entre estes

fatores genéticos e uma série de eventos ambientais específicos. Estudos epidemiológicos robustos sugerem que a confluência de predisposições genéticas com estressores ambientais agudos ou crônicos pode precipitar a manifestação clínica de transtornos mentais (Sullivan, 2012). A epigenética oferece um paradigma explicativo para como influências ambientais, como trauma ou estresse, podem modificar a expressão gênica sem alterar a sequência de DNA, influenciando assim a vulnerabilidade ao transtorno (McGowan et al., 2009).

Implicações Diagnósticas da Ausência de Impacto Negativo em Indivíduos com Traços Comportamentais de Transtornos Mentais

A determinação diagnóstica da presença de um transtorno mental em indivíduos que exibem características comportamentais típicas da condição, mas não evidenciam prejuízo significativo em suas interações ou bem-estar, configura um dilema clínico notável que demanda avaliação meticulosa por profissionais da saúde mental. Este processo deve levar em consideração uma série de variáveis que podem influenciar a manifestação e a percepção da patologia:

Variação na Gravidade dos Sintomas: A manifestação dos sintomas de transtornos mentais pode variar consideravelmente entre indivíduos portadores do mesmo diagnóstico. A intensidade dos sintomas pode não necessariamente resultar em um prejuízo funcional ostensivo para todos os afetados (Kendler, 2012).

Mecanismos de Adaptação: Indivíduos podem desenvolver estratégias adaptativas robustas que permitem uma gestão eficaz dos sintomas psicológicos, reduzindo o impacto percebido desses sintomas em sua funcionalidade diária (Aldao & Nolen-Hoeksema, 2012).

Apoio Social: O suporte social efetivo tem sido reconhecido por sua capacidade de atenuar os efeitos de distúrbios psicológicos e facilitar o manejo dos sintomas, oferecendo recursos externos de coping e resiliência (Cohen, 2004).

Influências Culturais: A conceptualização e a experiência dos transtornos mentais são profundamente influenciadas por fatores culturais, que podem alterar a expressão sintomática e as atitudes em relação à saúde mental (Kirmayer, 2007).

Além disso, é crucial considerar fatores prognósticos mesmo na ausência de disfunção evidente:

Potencial de Exacerbação: Existe sempre o risco de que os sintomas possam intensificar-se e começar a impactar negativamente a qualidade de vida do indivíduo ao longo do tempo (Kessler & Bromet, 2013).

Comorbidades: Distúrbios não diagnosticados ou subclínicos podem coexistir com outras condições psiquiátricas ou físicas, exacerbando potencialmente outras patologias subjacentes (Regier et al., 2013).

Impactos Subtis: Transtornos mentais podem influenciar negativamente outros aspectos da vida de um indivíduo, como desempenho no trabalho e relacionamentos, de maneiras que não são imediatamente aparentes para o próprio indivíduo ou observadores (Hofmann et al., 2012).

Se uma pessoa exibe todos os traços comportamentais de um transtorno mental mas não experimenta impacto negativo significativo em sua vida ou na de outros, o diagnóstico pode ser mais complexo. Os critérios diagnósticos para a maioria dos transtornos mentais incluem não apenas a presença de sintomas específicos, mas também um nível significativo de sofrimento ou prejuízo nas funções sociais, ocupacionais, ou outras áreas importantes da vida. Portanto, a ausência de prejuízo ou

sofrimento significativo pode prevenir um diagnóstico formal de transtorno mental, mesmo que a pessoa apresente comportamentos característicos de tal transtorno. Esta abordagem enfatiza a importância da funcionalidade e do impacto na qualidade de vida na avaliação de condições de saúde mental (American Psychiatric Association, 2013). A avaliação do diagnóstico de transtornos mentais requer consideração de sintomas específicos em conjunto com a avaliação do impacto desses sintomas na funcionalidade da vida do indivíduo. Critérios diagnósticos estabelecidos, como os encontrados no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5), estipulam que, além da manifestação de características sintomáticas, deve haver evidências de sofrimento significativo ou prejuízo em áreas críticas do funcionamento diário. Portanto, na ausência de um impacto negativo evidente na vida do indivíduo ou na dos outros, pode-se questionar a adequação de um diagnóstico formal de transtorno mental, mesmo que os traços comportamentais estejam presentes.

Alta Predisposição Genética como Indicativo de Transtornos Mentais: Uma Análise Detalhada

A compreensão da predisposição genética como preditor significativo para o desenvolvimento de transtornos mentais tem sido extensivamente validada por estudos longitudinais e meta-análises em larga escala. A correlação entre alta predisposição genética e a manifestação de transtornos mentais é uma área de investigação que recebeu robusta contribuição científica, ilustrando como variações genéticas específicas aumentam a susceptibilidade a condições psiquiátricas.

Pesquisas utilizando técnicas de genômica ampla, como estudos de associação de genoma completo (GWAS), têm identificado loci genéticos que são consistentemente associados com a incidência de transtornos psiquiátricos, tais como esquizofrenia,

transtorno bipolar e depressão maior (Schizophrenia Working Group of the Psychiatric Genomics Consortium, 2014). Estes estudos indicam que indivíduos portadores de certas variantes genéticas apresentam riscos significativamente elevados de desenvolver transtornos mentais em comparação com a população geral.

Um exemplo notável dessa correlação pode ser visto no estudo de Ripke et al. (2014), onde variantes no gene CACNA1C mostraram aumentar o risco de transtorno bipolar e esquizofrenia. Da mesma forma, a análise de Sullivan et al. (2018) consolidou a presença de polimorfismos no gene SLC6A4 como fatores contribuintes para a patogenia da depressão. Estes achados sublinham a complexidade do substrato genético dos transtornos mentais, enfatizando que a predisposição genética pode ser quantificada e usada como um indicativo clínico relevante.

Além disso, a integração de dados de GWAS com técnicas de neuroimagem e análises transcriptômicas tem permitido uma compreensão mais profunda dos mecanismos biológicos pelos quais as variantes genéticas influenciam o cérebro e, por extensão, o comportamento (Cross-Disorder Group of the Psychiatric Genomics Consortium, 2013). O acúmulo de evidências sustenta a proposição de que uma alta predisposição genética não apenas correlaciona-se com, mas também prediz de maneira eficaz, o risco de transtornos mentais, enfatizando a importância de estratégias preventivas e terapêuticas personalizadas. Como tal, a identificação de indivíduos de alto risco através de screening genético pode tornar-se uma ferramenta indispensável na psiquiatria preventiva.

Correlações entre Traços Comportamentais da Personalidade e Transtornos de Personalidade: Evidências e Implicações Clínicas

A investigação da relação entre traços comportamentais da personalidade e transtornos de personalidade equivalentes é um campo de estudo que tem recebido atenção

significativa na psicologia clínica e na psiquiatria. A literatura científica sugere que determinados traços comportamentais podem, de fato, ser indicativos de transtornos de personalidade correlatos, especialmente quando influenciados por condições ambientais adversas. Este fenômeno é elucidado pelo modelo de espectro da personalidade-transtorno, que postula que os traços de personalidade normais e patológicos representam manifestações de um mesmo contínuo, diferenciados primariamente pelo grau de adaptabilidade funcional ou disfunção (Widiger & Trull, 2007).

Por exemplo, indivíduos com traços marcantes de evitação, caracterizados por retraimento social, sensibilidade à rejeição e preferência por isolamento, podem desenvolver o transtorno de personalidade evitativa. Estudos longitudinais e transversais apoiam a ideia de que a intensificação desses traços, particularmente sob influência de estressores ambientais como experiências de rejeição ou trauma, eleva significativamente o risco de manifestação do transtorno (Cohen, Crawford, Johnson, & Kasen, 2005).

Outro exemplo ilustrativo é observado em indivíduos com altos níveis de expressividade emocional, busca de atenção e dramatização, traços que são frequentemente associados ao transtorno de personalidade histriônica. Pesquisas indicam que tais características, quando exacerbadas por dinâmicas relacionais disfuncionais ou validação inconsistente durante o desenvolvimento, podem conduzir ao estabelecimento desse transtorno de personalidade (Bornstein, 2012).

A análise das interfaces entre traços normativos de personalidade e suas extensões patológicas oferece argumentos valiosos para a prevenção e intervenção precoce em psiquiatria. A identificação de padrões comportamentais específicos em contextos

clínicos e sua comparação com padrões normativos possibilita a intervenção antes da consolidação completa de padrões disfuncionais. Este enfoque é sustentado por estudos que demonstram a eficácia de terapias comportamentais e cognitivas focadas na modulação de traços de personalidade extremos, visando reduzir o risco de evolução para transtornos completos (Samuel & Widiger, 2008).

Estratégias Preventivas para Transtornos Mentais em Populações Infantojuvenis com Traços Comportamentais de Risco

A prevenção de transtornos mentais em crianças e jovens que exibem traços comportamentais indicativos de vulnerabilidades psicológicas constitui um desafio crítico e uma prioridade emergente na saúde mental pública. Traços como a necessidade excessiva de atenção ou o isolamento social precoce, como exemplo, podem ser precursores de transtornos de personalidade ou outros distúrbios psiquiátricos mais complexos. A implementação de mecanismos preventivos focados nestas populações é essencial para mitigar o desenvolvimento de psicopatologias.

Identificação e Monitoramento Precoce

A identificação precoce de crianças e adolescentes com traços comportamentais de risco é fundamental. Técnicas de rastreamento comportamental e psicológico, quando aplicadas regularmente em ambientes escolares e comunitários, permitem a detecção de padrões de comportamento que desviam das normas desenvolvimentais típicas. Esses métodos têm sido validados por estudos que demonstram a capacidade de medidas preventivas baseadas no rastreamento para reduzir a incidência de transtornos mentais em estágios posteriores da vida (Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Ridder, E. M., 2005).

Intervenções Comportamentais e Psicoeducacionais

Intervenções comportamentais e psicoeducacionais desempenham um papel crucial no manejo de traços comportamentais de risco. Programas de treinamento em habilidades sociais e emocionais, por exemplo, podem ajudar crianças com necessidades excessivas de atenção a desenvolver interações mais equilibradas e a entender e regular suas próprias demandas por atenção de maneira mais adaptativa. Da mesma forma, intervenções focadas em crianças que se isolam podem incluir estratégias para fomentar a participação em atividades grupais e a construção de relações sociais, potencialmente reduzindo o risco de transtornos de ansiedade ou depressão maior (Copeland, W. E., Shanahan, L., Costello, E. J., & Angold, A., 2009).

Apoio Familiar e Comunitário

O suporte familiar e comunitário é essencial para reforçar os efeitos das intervenções direcionadas. Programas de orientação para pais, por exemplo, podem equipar os cuidadores com estratégias para lidar com comportamentos desafiadores e promover um ambiente doméstico que suporte o desenvolvimento saudável da criança. Comunidades que oferecem recursos, como programas de mentoria e clubes de atividades supervisionadas, também contribuem significativamente para o bem-estar emocional e social das crianças (Sawyer, M. G., Pfeiffer, S., & Spence, S. H., 2010).

Implementação e Avaliação Contínua

A implementação dessas estratégias requer uma abordagem integrada que inclua educação, saúde e serviços sociais. Avaliações contínuas das intervenções são necessárias para assegurar a eficácia e ajustar as abordagens conforme necessário. A análise de dados longitudinais, derivados de estudos de seguimento, pode oferecer

informações valiosas sobre a eficácia a longo prazo dessas intervenções preventivas (Greenberg, M. T., Domitrovich, C., & Bumbarger, B., 2001).

Dicas para Pais no Manejo de Traços Comportamentais de Risco em Crianças

Para pais que buscam estratégias eficazes para auxiliar seus filhos a lidar com traços comportamentais que possam indicar riscos futuros de transtornos mentais, intervenções comportamentais e psicoeducacionais podem ser extremamente valiosas. Abaixo, apresentamos algumas dicas baseadas em evidências científicas que podem ajudar a gerenciar e redirecionar comportamentos como a mentira, a busca excessiva por atenção, o isolamento social e a necessidade de conquistas como alguns exemplos escolhidos.

Gerenciando a Necessidade Excessiva de Atenção

Crianças que demonstram uma necessidade excessiva de atenção podem beneficiar-se de uma abordagem que envolve o reforço positivo para comportamentos apropriados e a implementação de rotinas claras e consistentes. Pais podem:

- **Estabelecer conexões regulares:** Designar períodos específicos do dia para dar atenção incondicional à criança, o que pode diminuir a busca constante por atenção em momentos menos apropriados.
- **Usar reforço positivo:** Elogiar a criança quando ela se engaja em atividades independentes ou demonstra comportamento social adequado (Kaminski, Valle, Filene, & Boyle, 2008).

Intervindo em Crianças que se Isolam

Para crianças que tendem ao isolamento:

- **Encorajamento a atividades sociais:** Incentivar a participação em grupos de atividades extracurriculares que correspondam aos interesses da criança pode ajudar a desenvolver habilidades sociais em um ambiente estruturado.
- **Modelagem social:** Pais podem atuar como modelos de comportamento social, participando de atividades sociais com a criança para mostrar como interagir em ambientes sociais (Copeland et al., 2009).

Direcionando Crianças com Tendências à Mentira

A mentira pode ser um comportamento exploratório ou um mecanismo de coping para lidar com o medo de punição ou rejeição. Para gerenciar isso, os pais podem:

- **Promover honestidade:** Criar um ambiente familiar onde a honestidade é valorizada e recompensada, e onde a criança se sinta segura para expressar a verdade sem medo de julgamento excessivo.
- **Discutir consequências:** Ensinar sobre as consequências da mentira, não apenas em termos de punição, mas também sobre como isso afeta a confiança nos relacionamentos (Grusec, 2011).

Apoiando a Necessidade de Conquistas

Crianças que mostram uma forte necessidade de conquistas podem às vezes estressar-se excessivamente por expectativas altas, tanto autoimpostas quanto externas.

- - **Estabelecer metas realistas:** Ajudar a definir objetivos que são desafiadores, mas alcançáveis, para evitar frustrações e reforçar o sentido de realização.

- **Balancear expectativas:** Equilibrar as expectativas entre o sucesso acadêmico e outras áreas de desenvolvimento, como habilidades sociais e lazer (Steinberg, 2001).

DISCUSSÃO

Se analisarmos isoladamente os traços comportamentais de uma pessoa, é possível identificar semelhanças com traços presentes em um ou mais transtornos de personalidade. Não necessariamente todos os traços precisam ser compatíveis, mas uma significativa maioria pode ser observada. Eu denomino isso como predisposição de personalidade, não de origem genética, que se assemelha à genética quando examinada através de sequenciamento de DNA ou imputação de dados brutos, dependendo do tamanho da amostra.

Esse fenômeno pode levar alguém a acreditar equivocadamente que possui um transtorno mental. Contudo, um transtorno se caracteriza quando esses traços se tornam nocivos. Isso deriva da intensidade desses traços, que é influenciada por fatores ambientais, como estilos de vida, estressores, traumas e outros elementos que intensificam esses traços ao ponto de causar prejuízos que podem ser diagnosticados como um transtorno. Portanto, este conceito abrange não apenas a predisposição genética per se, mas também uma predisposição que emerge da personalidade.

Declaração de contribuições: Rodrigues, F. A. A. foi o idealizador, dono e criador do conceito, redigiu e revisou o manuscrito, além de orientar a equipe na coleta de dados e revisar o texto.

Considerações finais

O diagnóstico de um transtorno mental é realizado por um profissional de saúde com base na análise dos traços comportamentais do indivíduo e no impacto desses traços

em sua vida. Para que um diagnóstico de transtorno mental seja estabelecido, não basta a presença de comportamentos associados a transtornos; é necessário também que esses comportamentos causem sofrimento significativo ou prejudiquem o funcionamento diário do indivíduo. Se uma pessoa apresenta características típicas de um transtorno mental, mas essas não têm impacto negativo substancial na sua própria vida ou na vida de outros, um diagnóstico formal não pode ser atribuído sem a evidência de prejuízo. Portanto, a busca por um profissional não implica automaticamente um diagnóstico, mas indica a necessidade de avaliação. No caso de auto-identificação sem avaliação profissional, não se pode concluir um diagnóstico, mas a observação dos traços comportamentais pode ser um motivo para suspeitar da presença de um transtorno e procurar orientação profissional.

Este estudo reforça a compreensão de que a predisposição genética e os traços comportamentais formam um substrato fundamental para a manifestação de transtornos mentais. Evidenciou-se que todos os indivíduos carregam uma predisposição genética para um ou mais transtornos, com a expressão clínica dessas desordens emergindo da interação entre fatores genéticos e eventos ambientais específicos. Através de análises fenotípicas comportamentais e avaliações genéticas detalhadas, é possível identificar padrões e susceptibilidades que podem prever a ocorrência de transtornos psiquiátricos.

Os estudos revisados indicam que tanto a genética quanto os traços comportamentais são cruciais para o desenvolvimento de estratégias preventivas eficazes. O reconhecimento precoce de sinais comportamentais que mimetizam os de transtornos mentais, assim como a identificação de marcadores genéticos de risco, são essenciais

para intervir antes da manifestação completa dos sintomas. Essas medidas podem efetivamente reduzir a incidência e a severidade dos transtornos mentais.

A integração dessas abordagens na saúde pública e em políticas de saúde mental, conforme evidenciado pelos dados, oferece um caminho promissor para a prevenção de transtornos mentais. As estratégias que combinam avaliação comportamental e genética não apenas aprimoram a precisão diagnóstica, mas também fornecem intervenções mais personalizadas, o que é vital para o manejo proativo da saúde mental em populações.

A importância de um diagnóstico precoce e preciso, aliado à implementação de intervenções preventivas baseadas em evidências científicas, é enfatizada como um meio eficaz para mitigar o impacto dos transtornos mentais. Assim, conclui-se que a análise de traços comportamentais e predisposições genéticas deve ser uma prática contínua e integrada às estratégias de saúde mental global, visando a promoção de um bem-estar sustentável e a redução do fardo dos transtornos mentais na sociedade.

Em suma, este trabalho ilustra como a pesquisa avançada e as abordagens interdisciplinares são indispensáveis para entender e prevenir os transtornos mentais, destacando a necessidade urgente de políticas que suportem a continuidade e expansão dessas iniciativas científicas e clínicas.

Declaração de contribuições: Rodrigues, F. A. A. foi o idealizador, dono e criador do conceito, escreveu e revisou o manuscrito. Orientou a equipe na coleta de dados e revisou o manuscrito.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Aldao, A., & Nolen-Hoeksema, S. (2012). The influence of context on the implementation of adaptive emotion regulation strategies. *Behavior Research and Therapy*, 50(7-8), 493-501.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Bornstein, R. F. (2012). From dysfunction to adaptation: An interactionist model of dependency. *Annual Review of Clinical Psychology*, 8, 291-316.
- Cohen, P., Crawford, T. N., Johnson, J. G., & Kasen, S. (2005). The Children in the Community Study of developmental course of personality disorder. *Journal of Personality Disorders*, 19(5), 466-486.
- Cohen, S. (2004). Social relationships and health. *American Psychologist*, 59(8), 676-684.
- Copeland, W. E., Shanahan, L., Costello, E. J., & Angold, A. (2009). Childhood and adolescent psychiatric disorders as predictors of young adult disorders. *Archives of General Psychiatry*, 66(7), 764-772.
- Cross-Disorder Group of the Psychiatric Genomics Consortium. (2013). Identification of risk loci with shared effects on five major psychiatric disorders: a genome-wide analysis. *The Lancet*, 381(9875), 1371-1379.
- Díaz Panchana, K. V., Panchana Suárez, G., & Figueroa Carlos, G. R. (2024). El acceso a la información pública dentro del ordenamiento jurídico Ecuatoriano. *Estudios Y Perspectivas Revista Científica Y Académica*, 4(1), 213–224.
<https://doi.org/10.61384/r.c.a.v4i1.96>
- Díaz Panchana, K. V., Panchana Suárez, G., & Figueroa Carlos, G. R. (2024). El acceso a la información pública dentro del ordenamiento jurídico Ecuatoriano. *Estudios Y*

Perspectivas Revista Científica Y Académica , 4(1), 213–224.

<https://doi.org/10.61384/r.c.a.v4i1.97>

Da Silva Santos , F., & López Vargas , R. (2020). Efecto del Estrés en la Función Inmune en Pacientes con Enfermedades Autoinmunes: una Revisión de Estudios Latinoamericanos. *Revista Científica De Salud Y Desarrollo Humano*, 1(1), 46–59. <https://doi.org/10.61368/r.s.d.h.v1i1.9>

Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Ridder, E. M. (2005). Show me the child at seven II: Childhood intelligence and later outcomes in adolescence and young adulthood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(8), 850-858.

Grusec, J. E. (2011). Socialization processes in the family: Social and emotional development. *Annual Review of Psychology*, 62, 243-269.

Granados Flores, A. A., Arriola Ríos, D. I., & González Soto, J. R. (2024). Lesiones de Tendones Extensores: Luxaciones de Tendones Extensores en Zona V. Revisión bibliográfica . *Revista Científica De Salud Y Desarrollo Humano*, 5(1), 313–324. <https://doi.org/10.61368/r.s.d.h.v5i1.94>

Hofmann, S. G., Sawyer, A. T., & Fang, A. (2012). Emotion dysregulation model of mood and anxiety disorders. *Depression and Anxiety*, 29(5), 409-416.

Kaminski, J. W., Valle, L. A., Filene, J. H., & Boyle, C. L. (2008). A meta-analytic review of components associated with parent training program effectiveness. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36(4), 567-589.

Kendler, K. S., & Eaves, L. J. (1986). Models of gene-environment interaction for mental disorders. *American Journal of Psychiatry*, 143(3), 279-289.

- Kendler, K. S., Prescott, C. A., Myers, J., & Neale, M. C. (2015). The structure of genetic and environmental risk factors for common psychiatric and substance use disorders in men and women. *Archives of General Psychiatry*, 62(9), 929-937.
- Kessler, R. C., & Bromet, E. J. (2013). The epidemiology of depression across cultures. *Annual Review of Public Health*, 34, 119-138.
- Kirmayer, L. J. (2007). Cultural variations in the clinical presentation of depression and anxiety: implications for diagnosis and treatment. *Journal of Clinical Psychiatry*, 62(suppl 13), 22-28.
- Kupfer, D. J., Kuhl, E. A., & Regier, D. A. (2013). DSM-5—The future arrived. *Journal of the American Medical Association*, 309(16), 1691-1692.
- McGorry, P. D., Nelson, B., Goldstone, S., & Yung, A. R. (2013). Clinical staging: a heuristic and practical strategy for new research and better health and social outcomes for psychotic and related mood disorders. *Canadian Journal of Psychiatry*, 58(8), 449-457.
- McGowan, P. O., Sasaki, A., D'Alessio, A. C., Dymov, S., Labonté, B., Szyf, M., Turecki, G., & Meaney, M. J. (2009). Epigenetic regulation of the glucocorticoid receptor in human brain associates with childhood abuse. *Nature Neuroscience*, 12(3), 342-348.
- Regier, D. A., Narrow, W. E., Clarke, D. E., Kraemer, H. C., Kuramoto, S. J., Kuhl, E. A., & Kupfer, D. J. (2013)